

## **A importância da organização social para o desenvolvimento da agricultura familiar**

*Por Suzana Sperry ( pesquisadora da Embrapa Cerrados )*

O desenvolvimento sustentável da agricultura familiar busca soluções e alternativas para atender os interesses da população e valorizar o espaço rural e sua cultura.

O agricultor familiar, tradicionalmente isolado e carente de recursos para adquirir bens de produção para produzir e comercializar, encontrou essa solução na organização coletiva, por meio da qual alcançou a figura jurídica de que necessitava para ser reconhecido pela sociedade. Ao organizar-se coletivamente deu preferência a grupos pequenos - estratégia que tem tornado possível as práticas de compra e venda e que, ao mesmo tempo, favorece o desenvolvimento econômico e social da família.

Nesse sentido, o comportamento dos agricultores mudou radicalmente. Enquanto nos anos 60 e 70 criavam cooperativas e associações seguindo modelos ditados por programas governamentais, hoje, organizam-se, em vez de serem organizados.

A organização social é um instrumento de ação que se define pelo conjunto das atividades praticadas por pessoas que se aproximam com um interesse comum. Essa forma de trabalho origina-se de um problema que apenas pode ser resolvido coletivamente. Pode assumir diferentes formas e depende dos que a criam e do contexto onde é instalada, seja ele cultural, histórico ou político.

### **Formas diferentes para interesses diversos**

Ao estudar as ações coletivas praticadas por mais de 650 famílias de pequenos agricultores filiados ao movimento associativo de um dos municípios do Estado de Goiás, pesquisadores da Embrapa Cerrados tiveram a oportunidade de acompanhar o desenvolvimento sustentável dessa população, alcançado por meio da adesão dos produtores a diversas formas de organização social.

Para atuar coletivamente, esses agricultores deram preferência a grupos pequenos de indivíduos que apresentavam laços de parentesco e de vizinhança entre si, constituindo associações comunitárias, que deram origem a hierarquias ainda menores, como os grupos de interesse, as comissões de trabalho e as unidades de produção artesanal.

Os grupos de interesse aproximaram as famílias no interior das associações, ou uniram famílias de diversas associações para resolver problemas gerais do grupo, tais como o uso coletivo de tratores, veículos e bujões de inseminação artificial; a condução de lavouras comunitárias, ou de terras e gado adquiridos coletivamente; e, a criação de abelhas, peixes, suínos ou frangos.

As comissões de trabalho, foram criadas para resolver algum problema imediato do grupo e dissolvidas logo após a sua resolução: a construção de poços, pontes,

prédios e estradas, por exemplo.

As unidades artesanais de produção, outra das formas coletivas de trabalho praticadas no interior dessas associações, são conhecidas também como atividades rurais não agrícolas e, segundo José Graziano da Silva, no artigo intitulado "Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação e perspectivas", publicado em 1995, caracterizam o "novo rural", onde 45% da população economicamente ativa do País e que habita o campo, encontra espaço para desempenhar algum tipo de atividade seja no turismo, em rodeios, na música sertaneja ou tradicional, na preservação ambiental, ou nas chamadas agroindústrias (que transformam e beneficiam produtos animais e vegetais).

As unidades de produção artesanal permitem que o agricultor aumente o tempo de dedicação ao trabalho e a sua renda. A agroindústria, entre as atividades rurais não agrícolas, é considerada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como se observa na publicação Produção de farinha de mandioca, de autoria de Carlos Arthur Barbosa da Silva (1995), um dos principais alicerces da política nacional de desenvolvimento rural, pois proporciona meios efetivos para fixar o homem ao campo, agrega valor à produção agrícola e utiliza tecnologias e equipamentos que independem do setor externo.

Depois de organizar-se em associações comunitárias e de subdividir-se em grupos menores, esses agricultores criaram uma hierarquia superior: a associação das associações, localizada na sede do município, encarregada de coordenar as ações coletivas praticadas pelo conjunto constituído por todas as associações do município. Essa iniciativa, além de facilitar a mobilização e a representação do grupo, aumentou o seu poder de negociação junto ao mercado, e levou-o a agregar ao movimento outra forma de organização - uma cooperativa - que facilitou a aquisição coletiva de insumos e a venda dos produtos agropecuários gerados pelas famílias vinculadas ao movimento.

Incentivar as iniciativas de organização social e as atividades rurais não agrícolas, como as comentadas acima, e observadas e acompanhadas pela Embrapa Cerrados no interior do Estado de Goiás, deve ser uma das alternativas a serem propostas pelos que buscam a sustentabilidade da agricultura familiar no Brasil.

Suzana Sperry é especialista em sociologia rural na Embrapa Cerrados, Planaltina (DF), fone (61) 388 9946, endereço eletrônico: <mailto:sperry@cpac.embrapa.br>

Endereço: <<http://www.fazendeiro.com.br/CieTec/artigos/ArtigosTexto.asp?Codigo=97>>